



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTO MONIZ, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2014. -----**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas quinze horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Porto Moniz, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Porto Moniz, sob a presidência do Senhor Emanuel Vasconcelos Jardim Fernandes, coadjuvado pelo Senhor Lino Gonçalves da Conceição e pelo Senhor Norberto Rodrigues Lima, respetivamente primeiro e segundo secretários da mesa da Assembleia. -----

Estavam presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do PS: Nicodemo Balona Gouveia Câmara, Laura Lúcia Ferreira Alves, Américo Rodrigues Nascimento, António Emanuel Rentróia de Deus da Silva, Samuel Leonardo Lucas de Vasconcelos, Tito Vieira Júnior e Orlando Gouveia Ferro Fernandes, e do Grupo Parlamentar do PSD, os senhores deputados, Jaime Pereira de Lima Lucas, José Ambrósio Delgado Jardim, António Abreu dos Santos, João de Sousa Brito, Ferdinando Luís Correia Calisto da Encarnação, Manuel da Luz do Vale, Wilson Emanuel Caldeira Gouveia, Ariete Pereira Telmo Rentróia e Pedro Gonçalves Ponte. Do executivo camarário encontravam-se presentes: o senhor Presidente João Emanuel Silva Câmara e os Senhores Vereadores Luís Teixeira, Nélio Viveiros Sequeira, Edegar Valter Castro Correia e Juan Manuel Pardau de França. Às quinze horas, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião e deu as boas vindas às senhoras e senhores deputados, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores. -----

Como constante na convocatória, temos a seguinte ordem de trabalhos para a presente reunião: -----

- 1. Período antes da ordem do dia; -----**
- 2. Correspondência; -----**
- 3. Informação do Sr. Presidente da Câmara; -----**
- 4. Apreciação do relatório de actividades da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25 do Regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do**



relatório n.º 16/2014 – FC/SRMTC de Auditoria de fiscalização concomitante à Câmara Municipal de Porto Moniz – Seguimento de recomendações 2010/2012; ---

5. **Aprovação das Grandes Opções do Plano (Plano de atividades e de investimento) e Orçamento para o ano de 2015, Mapa de Pessoal e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;** -----

6. **Autorização de Despesas de representação de titulares de cargos de direção intermédia – lei n.º 49/2012 de 29 de agosto (estatuto do pessoal dirigente);** -----

7. **Autorização para Abertura de concurso público para a «Concessão da Exploração dos Quiosques Amovíveis localizados na Frente Mar – Ano 2015-2021»**

**1. Período antes da ordem do dia;** -----

O primeiro secretário da Assembleia, Senhor Lino da Conceição, apresentou o requerimento da Senhora deputada Maria Fátima Canada Caldeira Pestana que solicita a suspensão, pelo período de 10 a 15 de dezembro de 2014, sendo que o cidadão eleito por ordem nas listas do Partido Socialista, Senhor Francisco Gregório Gonçalves solicitou igualmente a suspensão pelo mesmo período, sendo substituído pelo cidadão eleito nas listas do Partido Socialista, Senhor Samuel Leonardo Lucas de Vasconcelos. -

O primeiro secretário da Assembleia, Senhor Lino da Conceição, apresentou o requerimento do Senhor deputado, segundo secretário, Norberto Rodrigues Lima que solicita a suspensão, pelo período de 2 meses, de 30 de janeiro de 2015 a 30 de março de 2015. -----

O Senhor Presidente apresentou, deu conhecimento e distribuiu cópias do relatório de auditoria do tribunal de contas n.º 25/2014-FC/SRMTC – Auditoria aos Municípios da RAM com vista a apurar a legalidade das alterações de posição remuneratória por opção gestonária efetuadas nos anos de 2009 e de 2010 – Município de Porto Moniz, Processo n.º 07/2013 – Aud/FC. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proferir esclarecimentos. O Senhor Presidente tomou a palavra deu as boas vindas a todos e referiu que relativamente a este fato, foi uma situação que herdou das gestões anteriores e como tal deu a palavra ao Senhor Vereador Valter Correia para proceder a esses esclarecimentos. -----



O Senhor Vereador Valter Correia, no uso da palavra, começou por informar que as questões levantadas pelo Tribunal de Contas sobre as alterações do posicionamento remuneratório ocorridas a 13 de Abril de 2009, envolvendo 30 trabalhadores, quando o Dr. Gabriel Farinha era Presidente da autarquia e a 9 de Abril de 2010, envolvendo 28 trabalhadores, quando ele próprio era Presidente do município, prendem-se com a sua legalidade das opções gestionárias empreendidas, visto haver interpretações diferentes sobre a contabilização dos pontos. -----

Prosseguiu, informando que as alterações do posicionamento remuneratório decorrem da avaliação do desempenho dos trabalhadores e podem ocorrer por opção gestionária, com a obtenção de cinco pontos, ou por alteração obrigatória com obtenção de dez pontos. -----

Mais disse que a avaliação na administração pública, SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação do desempenho na Administração Pública, foi criada pela Lei nº 10/2004, de 22 de março, sendo que a adaptação desta Lei aos trabalhadores da Administração Local só aconteceu a 20 de junho de 2006, com a publicação do decreto Regulamentar nº 6/2006. -----

Assim, decorreu um vazio na avaliação e progressão dos trabalhadores durante os anos de 2004 e 2005, sem que os mesmos fossem responsáveis por essa ausência de avaliação, pelo que, no decurso de uma Circular conjunta da Direção Regional da Administração Pública e Local e da Direção Regional do Orçamento e Contabilidade, Circular 1/DRAPL/DROC/2008, de 4 de novembro, foram atribuídos aos trabalhadores, nesse período, um ponto em cada ano, equivalente à menção de BOM. Mais disse que essa Circular não fazia qualquer discriminação sobre a sua contabilização para efeitos de opção gestionária ou progressão obrigatória. -----

A 15 de junho de 2010, após as opções gestionárias implementadas pela Câmara Municipal do Porto Moniz, o senhor Secretário de Estado da Administração Local, homologou uma solução interpretativa em que, grosso modo, registava que os pontos atribuídos “administrativamente”, face à ausência de avaliação não imputável aos trabalhadores, um ponto correspondente a BOM, não poderiam ser contabilizados para efeitos de alteração de posicionamento remuneratório decorrente de opção gestionária (cinco pontos), mas apenas por alteração obrigatória (dez pontos). O vereador Valter



Correia destacou que, por agravante, e sendo esta uma interpretação, pelo que não era clara na lei, a mesma não salvaguardava as decisões tomadas pelas autarquias antes da mesma ser homologada. -----

Face a esta posição do Secretário de Estado da Administração Local, contraditória da Circular Conjunta da Direção Regional da Administração Pública Local e da Direção Regional do Orçamento e Contabilidade, Circular 1/DRAPL/DROC/2008, de 4 de novembro, o município de Câmara de Lobos tornou a pedir esclarecimentos à DRAPL. - A 30 de julho de 2010, a Direção Regional da Administração Pública e Local reiterou a sua posição inicial, acrescentando que a Inspeção Geral da Administração Local tutelava apenas as autarquias do território continental e não as Regiões Autónomas. -----

A terminar, informou que as alterações remuneratórias decorrentes das opções gestionárias ocorridas na Câmara Municipal do Porto Moniz tiveram impactos nos vencimentos dos trabalhadores entre trinta e quatro euros e trinta e dois cêntimos (34,32€) e cento e quarenta e sete euros e sessenta e um cêntimos (147,61€), sendo que os valores mais altos correspondem aos licenciados, o que representa uma ínfima fatia do universo dos funcionários. -----

Concluiu dizendo que, neste momento, o Tribunal de Contas enviou a questão das opções gestionárias para o Ministério Público, sendo esta situação comum a nove municípios da Região Autónoma da Madeira e a muitos outros do Continente. O processo mais avançado corresponde ao do município de Ribeira Brava, tendo já ido a julgamento e a autarquia absolvida, mas o Ministério Público recorreu da decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que já foi contratado advogado para dar os despachos da Câmara, de acordo com as orientações do Tribunal de Contas sendo que serão solicitados esclarecimentos ao próprio Tribunal de Contas, para clarificar a posição defendida no relatório. -----

O Senhor Deputado Jaime Lucas questionou se já foi efetuado o contraditório. -----  
O Senhor Presidente da Câmara refere que o advogado primeiramente quer solicitar os esclarecimentos para então tomar as devidas diligências. -----



O Senhor Presidente agradeceu as intervenções de todos sobre esta matéria, o que permitiu esclarecer os presentes sobre o assunto, referindo que resta esperar pelas diligências futuras. -----

Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor deputado António Santos que começou por desejar as boas festas a todos e congratulou o fato da Câmara Municipal estar a proceder aos trabalhos necessários na freguesia da Ribeira da Janela, nomeadamente no Caminho Fundo, para reparação dos muros em causa. -----

Chamou a atenção para a recuperação do caminho com pavimento tradicional em pedra de basalto, sugerindo que se evite o uso de cimento nesses trabalhos que, apesar de mais barato, desvirtuam a sua originalidade e se opte por recuperações no material original. --  
Referiu por último o mau estado do Caminho Real que liga a freguesia da Ribeira da Janela ao sítio da Ribeira Funda, na freguesia do Seixal, e também do Sítio da Roçada para baixo do mesmo, está intransitável defendendo até o seu encerramento pelo facto de possuir zonas intransitáveis com grande perigosidade apesar de atravessado por turistas com alguma frequência. -----

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora deputada Ariete Rentróia que questionou a situação de abastecimento de água potável ao sítio das Contreiras e se já conseguiu falar com herdeiros da nascente que se situa naquela zona, uma vez que afirmou na última reunião que seria a solução para o problema. -----

O Senhor Presidente deu a palavra ao senhor deputado Nicodemo Câmara que desejou um Feliz Natal a todos sem excepção em seu nome e em nome do grupo Parlamentar do PS, e felicita o Executivo Municipal pela apresentação de um Plano e Orçamento que vai de encontro às expectativas da População de Porto Moniz. -----

O Presidente da Câmara começou por retribuir o desejo de bom Natal esperando que esta quadra festiva decorra dentro do espirito que se impõe e um próspero Ano Novo 2015 feliz mas sobretudo com muita saúde. -----

Em resposta ao Deputado António Santos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara Municipal está a fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir boas condições de acessibilidade e sobretudo de segurança aos moradores da freguesia da Ribeira da Janela e o caso do Caminho Fundo não é excepção a esta vontade. -----



Relativamente à recuperação do pavimento dos caminhos por forma a mantê-los com o pavimento original, o Senhor Presidente da Câmara referiu que gostaríamos de os manter com a traça original, mas estranha esta sensibilidade por parte do Senhor Deputado António Santos, uma vez que no passado, nos mandatos de que fez parte como Vereador, este aspecto foi completamente descorado, contudo é um dos principais defensores que se reponha tudo nas condições originais, pelo que vai tentar ao máximo que assim seja para preservação do património cultural do Porto Moniz. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que tanto concorda com o que o Senhor Deputado António Santos disse que deu instruções para preservar a pedra de uma parte de uma vereda na no sítio da Pedra Mole que foi recuperada. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda o trabalho que está a ser feito em prol da segurança de todos, nomeadamente na limpeza de agulheiros, manutenção que não era feita, segundo alguns populares, há mais de 20 anos. -----

Relativamente ao Caminho Real, referiu que fechar é uma possibilidade, adiantando que a recuperação será considerada, por via de candidatura a fundos comunitários para esse efeito, situação que faz parte da estratégia do Executivo para o desenvolvimento do Concelho do Porto Moniz. -----

Em resposta à questão da Senhora deputada Ariete Rentróia relativamente ao sistema de abastecimento de água potável ao sítio das Contreiras, o Senhor Presidente da Câmara refere que só resta falar deste sistema de abastecimento, salientando que, se fosse fácil já tinha sido solucionado no passado, mas garante que será solucionado quanto antes, uma vez que a sua equipa está a trabalhar nesse sentido para encontrar uma situação definitiva e sustentável -----

**2. Correspondência:-----**

Não foi apresentado nada de relevante, tendo, previamente, sido dada informação de que a correspondência estava à disposição dos senhores deputados para consulta. -----

**3. Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal -----**

Nos termos da alínea c), do nº 2 do artigo 25º da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, venho por este meio informar sobre a actividade desta Câmara Municipal, após a realização da última reunião da Assembleia Municipal: -----

**-----Reunião de Câmara de 28 de agosto de 2014 – Ata 16/2014 -----**



1. Balancete a 27 de agosto de 2014: -----  
Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante 1.822.639,51 € (um milhão oitocentos e vinte e dois mil seiscentos e trinta e nove euros e cinquenta e um cêntimos) em que orçamentais 1.774.139,86 € (um milhão setecentos e setenta e quatro mil cento e trinta e nove euros e oitenta e seis cêntimos) e em operações de tesouraria 48.499,65 € (quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e nove euros e sessenta e cinco cêntimos); -----
2. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de isenção de taxas solicitado pela Associação Sócio-Cultural do Seixal para montagem de barraca de comes e bebes no âmbito da realização da Festa em honra do Senhor Santíssimo Sacramento na freguesia do Seixal; -----
3. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de apoio, solicitado pelos Irmãos da Confraria do Santíssimo Sacramento, no âmbito da realização da Festa em honra do Senhor Santíssimo Sacramento na freguesia do Seixal para aluguer de quatro sanitários químicos portáteis; -----
4. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de entradas no Aquário da Madeira e Piscinas Municipais, solicitadas pela Associação Desportiva do Campanário ao preço mínimo previsto nos respectivos regulamentos; -----
5. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de apoio solicitado pelos “Amigos do Camelo - Camping” no âmbito da realização de um acampamento de verão, com o apoio do Clube Desportivo e Cultural do Porto Moniz; -----
6. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado pelos Irmãos da Confraria do Santíssimo Sacramento, no âmbito da realização da Festa em honra do Senhor Santíssimo Sacramento na freguesia do Seixal para transporte da Banda Filarmónica ao sítio da Ribeira Funda; -----
7. Aprovado por unanimidade solicitação de entradas gratuitas nas Piscinas Municipais, por parte da Direção Regional do Turismo, no âmbito da visita à Região Autónoma da Madeira, de um grupo constituído por 26 pessoas, entre elas atores, atrizes e ainda jornalistas de diversos meios de comunicação nacionais com vista à realização de várias reportagens de modo a promover a Ilha da Madeira como destino de verão; -----



8. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio pecuniário no valor de 500 euros, destinado à aquisição de 6 flautas transversais para iniciação à aprendizagem deste instrumento, por parte da Associação Cultural e Recreativa do Porto Moniz; -----

9. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte da Associação Abraço nas entradas das Piscinas Municipais assim como entradas gratuitas no Parque de Campismo para realização de atividades; -----

10. Aprovado por unanimidade Regulamento de apoio ao Transporte Escolar do Município de Porto Moniz; -----

**-----Reunião de Câmara de 12 de setembro de 2014 – Ata 17/2014-----**

11. Balancete a 11 de setembro de 2014: -----  
Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante 2.070.823,16 € (dois milhões setenta mil oitocentos e vinte e três euros e dezasseis cêntimos) em que orçamentais 2.020.796,82 € (dois milhões vinte mil setecentos e noventa e seis euros e oitenta e dois cêntimos) e em operações de tesouraria 50.026,34 € (cinquenta mil vinte e seis euros e trinta e quatro cêntimos). -----

12. Aprovado por unanimidade reclamação da fatura da água, por parte do Senhor David Torres Cavaleiro, nas seguintes condições: -----  
Que o Senhor David Torres Cavaleiro faça o pagamento das faturas do consumo de água n.ºs 11588, 13543 e 15501, relativas aos consumos dos meses de abril, maio e junho, de 2014, de acordo com a média dos doze meses anteriores, o que perfaz um total de €28,77 (vinte e oito euros e setenta e sete cêntimos). -----

13. Aprovado por unanimidade reclamação da fatura da água, por parte da Senhora Maria Conceição Brito Câmara, nas seguintes condições: -----  
Que a Senhora Maria Conceição Brito Câmara faça o pagamento das faturas do consumo de água n.ºs 953, 2910,5631,7748 e 9703, relativas aos consumos dos meses de novembro e dezembro respeitantes ao ano de 2013 e janeiro, fevereiro e março respeitantes ao ano de 2014, de acordo com a média dos doze meses anteriores, o que perfaz um total de €37,65 (trinta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos). -----

14. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de apoio pecuniário solicitado pela Casa do Povo do Porto Moniz, no âmbito da digressão que o Grupo Folclórico da referida associação efetuou à ilha do Porto Santo. -----



O apoio pecuniário solicitado representou uma despesa no valor de € 3.000 (três mil euros); -----

**15.** Aprovado por unanimidade ratificação de transporte solicitado pela Casa do Povo do Porto Moniz para deslocação dos 25 elementos do Grupo Folclórico desta associação, em percurso de ida e regresso em dias diferentes, entre a sede da Casa do Povo e o Porto do Funchal. -----

O transporte solicitado representou um encargo financeiro de € 400 (quatrocentos euros); -----

**16.** Aprovado por unanimidade ratificação de autorização nas entradas das Piscinas Municipais, solicitado pelo Centro Comunitário do Palheiro Ferreiro ao preço mínimo previsto no respetivo regulamento; -----

**17.** Aprovado por unanimidade solicitação de apoio pecuniário por parte da Casa do Porto do Porto Moniz, para substituição da viatura existente, degradada e sem viabilidade de reparação, destinada ao transporte dos idosos que frequentam o Centro de Convívio da freguesia da Ribeira da Janela. -----

O apoio pecuniário assumido pela Câmara Municipal para aquisição do referido meio de transporte tem o valor de € 5.000 (cinco mil euros); -----

**18.** Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte da Associação dos Idosos do Porto Moniz para deslocação, em percurso de ida e regresso em dias diferentes, ao Aeroporto da Madeira. -----

O transporte solicitado representou um encargo financeiro de € 600 (seiscentos euros);

**19.** Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte da Senhora Mercedes Lakshmi no âmbito do evento “Expresso do Oriente – via Porto Moniz”; -----

**20.** Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte da Paróquia das Achadas da Cruz; -----

**21.** Aprovado com três votos favoráveis do PS e dois votos contra do PSD, participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho do Porto Moniz, para o ano de 2015. -----

**22.** Aprovado com três votos favoráveis do PS e dois votos contra do PSD, Taxa Municipal pelo Direito de Passagem; -----



23. Aprovado por unanimidade Imposto Municipal Sobre Imóveis - Proposta de fixação de taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2015; -----

24. Aprovado por unanimidade proposta de Dispensa de Avaliação Ambiental, referente ao Plano de Intervenção em Espaço Rural do Chão da Ribeira (PIER-CR); -----

25. Aprovado com três votos favoráveis do PS e duas abstenções do PSD emissão de Parecer Prévio de Procedimento de Aquisição de Serviços - «Auditoria/Revisão Legal das Contas»; -----

26. Aprovado com três votos favoráveis do PS e duas abstenções do PSD, Plano de Ação para a Energia Sustentável do Porto Moniz; -----

**-----Reunião de Câmara de 30 de setembro de 2014 – Ata 18/2014 -----**

27. Balancete a 29 de setembro de 2014: -----

Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante 1.851.870,05 € (um milhão oitocentos e cinquenta e um mil oitocentos e setenta euros e cinco centimos) em que orçamentais 1.804.860,10 € (um milhão oitocentos e quatro mil oitocentos e sessenta euros e dez centimos) e em operações de tesouraria 47.009,95 € (quarenta e sete mil nove euros e noventa e cinco centimos). ---

28. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de pedido de Isenção de Taxas para colocação de uma barraca por ocasião do evento "III Prova do Campeonato Regional de Trial de Resistência "; -----

29. Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte da Associação Sócio Cultural do Seixal; -----

30. Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte da Associação Cultural e Recreativa do Porto Moniz para deslocação de utentes às instalações portuárias na cidade do Funchal, em percursos de ida e regresso em dias diferentes. ---  
O transporte solicitado teve um encargo financeiro de €400 (Quatrocentos euros); ----

31. Aprovado por unanimidade apoio pecuniário solicitado pela Associação Cultural e Recreativa do Porto Moniz, no âmbito de viagem à ilha do Porto Santo. -----  
O apoio pecuniário solicitado teve um encargo financeiro no valor de € 2280,00 (dois mil duzentos e oitenta euros); -----



32. Aprovado por unanimidade apoio pecuniário solicitado pela Junta de Freguesia do Seixal, no âmbito da realização do evento denominado “II Seixal Weekend Sports Challenge”. -----

O apoio pecuniário solicitado teve um encargo financeiro no valor de € 2.750 (dois mil setecentos e cinquenta euros); -----

33. Aprovado por unanimidade solicitação de Licenciamento, do evento denominado “BTT Down Town”; -----

**-----Reunião de Câmara de 10 de outubro de 2014 – Ata 19/2014 -----**

34. Balancete a 9 de outubro de 2014: -----

Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante de 2.135.742,41 € (dois milhões cento e trinta e cinco mil setecentos e quarenta e dois euros e quarenta e um cêntimos) em que orçamentais 2.089.009,96 € (dois milhões oitenta e nove mil nove euros e noventa e seis cêntimos) e em operações de tesouraria 46.732,45 € (quarenta e seis mil setecentos e trinta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos). -----

35. Aprovado por unanimidade reclamação da fatura da água, por parte do Senhor José Luís Spínola Ribeiro, nas seguintes condições: -----

Que o Senhor José Luís Spínola Ribeiro faça o pagamento da fatura do consumo de água n.º 17141, relativa ao consumo do mês de julho de 2014, de acordo com a média dos doze meses anteriores, o que perfaz um total de € 5,68 (cinco euros e sessenta e oito cêntimos). -----

36. Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte da Casa do Povo de Porto Moniz; -----

37. Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte da Associação Sócio Cultural do Seixal para viabilizar um passeio para cerca de 25 pessoas que frequentam as actividades da referida Associação ao Moinho de Água na freguesia de S. Jorge. -----  
O transporte solicitado teve um encargo financeiro no valor de € 350 (trezentos e cinquenta euros); -----

38. Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte da Associação dos Idosos do Porto Moniz para viabilizar a deslocação de cerca de 21 elementos dos dois



grupos de cantares da referida Associação ao Lar e Centro de Dia Vale Formoso, na cidade do Funchal. -----

O transporte solicitado teve um encargo financeiro no valor de € 250 (duzentos e cinquenta euros); -----

**-----Reunião de Câmara de 30 de outubro de 2014 – Ata 20/2014 -----**

**39. Balancete a 29 de outubro de 2014: -----**

Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante 2.093.045,23 € (dois milhões noventa e três mil quarenta e cinco euros e vinte e três cêntimos) em que orçamentais 2.044.503,08 € (dois milhões quarenta e quatro mil quinhentos e três euros e oito cêntimos) e em operações de tesouraria 48.542,15 € (quarenta e oito mil quinhentos e quarenta e dois euros e quinze cêntimos). -----

**40. Aprovado por unanimidade reclamação da fatura da água, por parte da Senhora Amélia da Conceição Serrão, nas seguintes condições: -----**

Que a Senhora Amélia da Conceição Serrão faça o pagamento da fatura do consumo de água n.º 13718, relativa ao consumo do mês de junho de 2014, de acordo com a média dos doze meses anteriores, o que perfaz um total de € 2,82 (dois euros e oitenta e dois cêntimos). -----

**41. Aprovado por unanimidade reclamação da fatura da água, por parte do Senhor Luís Manuel Vieira Pereira da Silva, nas seguintes condições: -----**

Que o Senhor Luís Manuel Vieira Pereira da Silva faça o pagamento das faturas do consumo de água relativas aos consumos dos meses de junho e julho de 2014, de acordo com a média dos doze meses de consumo que antecederam o período de reclamação, o que perfaz um total de €4,18 (quatro euros e dezoito cêntimos). -----

**42. Aprovado por unanimidade reclamação da fatura da água, por parte da Senhora Evangelista França Câmara, nas seguintes condições: -----**

Que a Senhora Evangelista França Câmara faça o pagamento das faturas do consumo de água relativas aos consumos dos meses de julho e agosto de 2014, de acordo com a média dos doze meses de consumo que antecederam o período de reclamação, o que perfaz um total de €15,60 (quinze euros e sessenta cêntimos). -----



43. Aprovado por unanimidade solicitação de cedência do Centro de Ciência Viva por parte da Junta de Freguesia do Porto Moniz, no âmbito da celebração da Sessão Solene do dia da freguesia do Porto Moniz; -----

44. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio logístico por parte da Paróquia de Santa Maria Madalena para proceder à finalização das obras em curso na Igreja Paroquial; -----

45. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte da Associação Comercial e Industrial do Norte da Madeira (ACINM), no âmbito da divulgação do Norte da Madeira no XXIII Congresso da Ordem dos Médicos Dentistas: -----

- Cedência de material de divulgação, nomeadamente vídeos, cartazes e/ou merchandising, acompanhados de duas pessoas; -----

- Colaboração nas despesas inerentes às deslocações e estadias, estimadas em € 2980 (dois mil novecentos e oitenta euros), com apoio pecuniário do Município do Porto Moniz no valor de €995 (novecentos e noventa e cinco euros); -----

46. Aprovado com três votos favoráveis do PS e duas abstenções do PSD, ratificação de autorização de apoio solicitado por parte do Clube Desportivo Nacional, no âmbito da realização do evento Rampa da Santa / Ilha Pneu 2014: -----

- Serviço da Polícia de Segurança Pública, para manter a segurança da prova, fazer o encerramento e abertura da mesma assim como controlar o trânsito na partida e chegada das provas especiais; -----

- Serviço de ambulância AMS de prevenção; -----

- Troféus para contemplar os três primeiros da geral nas várias categorias e os primeiros de cada troféu; -----

O apoio solicitado representou uma despesa no valor de €4350 (quatro mil trezentos e cinquenta euros); -----

47. Aprovado com três votos favoráveis do PS e duas abstenções do PSD, ratificação de autorização de instalação de duas Linhas RDIS para cobertura do evento Rampa da Santa / Ilha Pneu 2014, com encargo financeiro com este serviço, no valor de €540 (quinhentos e quarenta euros); -----

48. Aprovado com três votos favoráveis do PS e duas abstenções do PSD, ratificação de autorização de contratação de Cobertura Radiofónica do evento Rampa da Santa / Ilha



Pneu 2014, com encargo financeiro com este serviço, no valor de €488 (quatrocentos e oitenta e oito euros); -----

49. Aprovado com três votos favoráveis do PS e duas abstenções do PSD, ratificação de autorização de aquisição de Lanches destinados aos Comissários de Segurança no âmbito da realização do evento Rampa da Santa / Ilha Pneu 2014, com encargo financeiro com esta aquisição, no valor de €250 (duzentos e cinquenta euros); -----

50. Aprovado com três votos favoráveis do PS e duas abstenções do PSD, ratificação de autorização de aquisição de Bobines plásticas em PEBD, no âmbito da realização do evento Rampa da Santa / Ilha Pneu 2014, com encargo financeiro com esta aquisição, no valor de €2780 (dois mil setecentos e oitenta euros); -----

51. Aprovado com três votos favoráveis do PS, atribuição de apoio ao Transporte Escolar, por parte da Câmara Municipal do Porto Moniz, no ano letivo 2014/2015. Os Vereadores do PSD não participaram na votação devido à existência de relações familiares com beneficiários do presente apoio; -----

52. Votação das Grandes Opções do Plano (Plano de atividades e de Investimento) e Orçamento para o ano de 2015, Mapa de Pessoal e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos: -----

1- As opções do Plano e Orçamento: -----

a) Grandes opções do Plano para 2015 – Submetida a proposta à votação, foi aprovada por maioria com três votos favoráveis do PS e dois votos contra do PSD; -----

b) Orçamento para 2015 - Submetida a proposta à votação, foi aprovada por maioria com três votos favoráveis do PS e dois votos contra do PSD. -----

2 – Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais - Submetida a proposta à votação, foi aprovada por maioria com três votos favoráveis do PS e duas abstenções do PSD; -----

3 – Mapa de Pessoal para o ano de 2015 - Submetida a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

53. Dando conhecimento das conclusões do relatório n.º 16/2014 – FC/SRMTC de Auditoria de fiscalização concomitante à Câmara Municipal de Porto Moniz – Seguimento de recomendações 2010/2012; -----

-----Reunião de Câmara de 13 de novembro de 2014 – Ata 21/2014 -----



- 54.** Balancete a 12 de novembro de 2014: -----  
Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante 2.042.428,33 € (dois milhões quarenta e dois mil quatrocentos e vinte e oito euros e trinta e três cêntimos) em que orçamentais 2.023.258,64 € (dois milhões vinte e três mil duzentos e cinquenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos) e em operações de tesouraria 19.169,69 € (dezanove mil cento e sessenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos). -----
- 55.** Aprovado por unanimidade reclamação da Fatura da água, por parte do Senhor David Torres Cavaleiro, nas seguintes condições: -----  
Que o Senhor David Torres Cavaleiro faça o pagamento da fatura do consumo de água n.º 19415, relativa ao consumo do mês de agosto de 2014, de acordo com a média dos doze meses anteriores, o que perfaz um total de € 9,67 (nove euros e sessenta e sete cêntimos). -----
- 56.** Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado pela Escola Básica e Secundária do Porto Moniz; -----
- 57.** Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte solicitado pelo Centro de Atividades Ocupacionais de São Vicente (CAOSV); -----
- 58.** Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Porto Moniz, no âmbito das comemoração do XXV aniversário da Convenção dos Direitos das Crianças. -----  
O transporte solicitado teve um encargo financeiro de € 250 (duzentos e cinquenta euros); -----
- 59.** Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte da AFERAM (Associação de Folclore e Etnografia da Região Autónoma da Madeira); -----
- 60.** Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte do Instituto de Segurança Social da Madeira. -----  
O transporte solicitado teve um encargo financeiro de € 250 (duzentos e cinquenta euros); -----
- 61.** Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte do Instituto Português de Mediação Familiar do Funchal (IPMFF); -----



62. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio no âmbito da realização da Festa em honra de Nossa Senhora da Conceição; -----

63. Aprovado com 4 votos favoráveis proposta de atribuição de apoio ao Transporte Escolar, por parte da Câmara Municipal do Porto Moniz, no ano letivo 2014/2015. -----  
O Vereador Valter Correia do PSD não participou na votação devido à existência de relações familiares com beneficiários do presente apoio. -----

64. Aprovado com 4 votos favoráveis proposta de Atribuição e Renovação das Bolsas de Estudo a 39 candidatos e de viagens a 22 candidatos que estudam fora da Região Autónoma da Madeira, atribuídas pela Câmara Municipal do Porto Moniz, no ano letivo 2014/2015. -----

O Senhor Presidente não participou na votação devido à existência de relações familiares com beneficiários do presente apoio. -----

**-----Reunião de Câmara de 27 de novembro de 2014 – Ata 22/2014 -----**

65. Balancete a 26 de novembro de 2014: -----

Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante 1.875.156,49 € (um milhão oitocentos e setenta e cinco mil cento e cinquenta e seis euros e quarenta e nove cêntimos) em que orçamentais 1.850.778,39 € (um milhão oitocentos e cinquenta mil setecentos e setenta e oito euros e trinta e nove cêntimos) e em operações de tesouraria 24.378,10 € (vinte e quatro mil trezentos e setenta e oito euros e dez cêntimos). -----

66. Aprovado por unanimidade solicitação de transporte por parte de José Carlos Pestana Garçês; -----

67. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de transporte, solicitado pela Direção de Serviços do Desporto Escolar; -----

68. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de cedência de espaço e atribuição de vouchers à ACINM – Associação Industrial e Comercial do Norte da Madeira; -----

69. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de realização de transporte dos alunos da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar do Seixal, no âmbito do hastear do Galardão Bandeiras Verdes Eco-escolas do Programa Eco-Escolas - Associação Bandeira Azul da Europa. -----



A realização do transporte solicitado teve um encargo financeiro no valor de € 150 (cento e cinquenta euros); -----

70. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de realização de despesa no âmbito da comemoração do dia Mundial da Diabetes. -----

A iluminação do edifício da autarquia teve um custo de € 90 (noventa euros); -----

71. Aprovado por unanimidade ratificação de autorização de apoio pecuniário para a Associação Sócio Cultural do Seixal para realização de uma exposição etnográfica no Centro de Ciência Viva e para realização de uma "Feirinha de Natal" a decorrer durante o mês de dezembro no Salão Paroquial do Seixal. -----

O apoio solicitado representou um encargo financeiro de € 500 (quinhentos euros). -----

72. Aprovada com quatro votos favoráveis, proposta para atribuição de prémios aos melhores alunos no ano letivo 2013/2014. -----

O Senhor Vereador Valter Correia não participou na votação devido à existência de relações familiares com beneficiários dos referidos prémios; -----

73. Aprovado por unanimidade solicitação de apoio por parte da Associação de Jet-Ski e Motonáutica da Madeira, no âmbito da realização do evento denominado – Prova de Jet Ski "Grande Prémio Porto Moniz". -----

O apoio solicitado representou um encargo financeiro de € 1.500 (mil e quinhentos euros). -----

O Senhor Presidente informou que relativamente à informação da obra embargada à novas condições para que a obra tenha seguimento reunindo com todos os intervenientes mas que por acordo entre as partes ainda não foi pois aguardam e com o acordo com o Sr. Luís promotor para que não venham pedir à Câmara indemnizações sendo que não venha um advogado pedir depois uma indemnização

**4. Apreciação do relatório de actividades e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25 do Regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e apresentação do relatório n.º 16/2014 – FC/SRMTC de Auditoria de fiscalização concomitante à Câmara Municipal de Porto Moniz – Seguimento de recomendações 2010/2012; ---**

Apresentação da Situação Financeira geral e do Relatório de Atividades: -----  
**RECEITA**



O total de receitas neste momento somam: 4.215.627,94 euros.  
As receitas correntes somam: 3.784.794,99 euros  
As receitas de capital somam: 430.832,95 euros.

Nas **receitas correntes** destacamos as transferências abaixo descritas:

Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) 3.065.089,00 euros  
Fundo Social Municipal (FSM) 46.651,00 euros  
Imposto Rendimento singulares (IRS) 24.048,00 euros

Nos Impostos **Diretos** destacam-se os seguintes:

Imposto Municipal sobre Imoveis (IMI) 199.308,98 euros  
Imposto único de Circulação (IUC) 30.687,25 euros  
Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis 6.453,51 euros  
Nas **taxas** cobramos 60.020,68 euros

Nas **vendas** de serviços cobramos 82.510,15 euros, dos quais 80.703,00 euros respeitantes à venda de água e 1.807,15 euros à venda de Merchadising do C.C.Viva.

Nos serviços **específicos** da autarquia destacamos os seguintes valores:

Saneamento 13.578,80 euros  
Resíduos Sólidos 25.425,10 euros  
Cemitérios 27.422,88 euros  
Parquímetros 42.205,81 euros  
Parque de Campismo 17.145,20 euros  
Piscinas Municipais 182.511,50 euros  
Teleférico 24.845,50 euros  
Entradas no Centro de Ciência Viva 9.393,95 euros  
Entradas no Aquário da Madeira 173.173,46 euros

#### **Rendas**

Bar das Piscinas Naturais 32.939,97 euros  
Bar da Laje 2.001,11 euros  
Outros 361,94 euros

#### **DESPESAS**

As despesas **correntes** somam 2.504.374,91 euros onde se destacam os seguintes valores:

Despesas com pessoal 1.062.990,29 euros  
Aquisição de bens e serviços 233.121,26 euros  
Aquisição de serviços 876.765,21 euros  
Juros e outros encargos 40.475,89 euros  
Transferência Correntes 382.286,27 euros

Nas despesas de **capital**, o total situa-se neste momento em 492.697,91 euros distribuídos da seguinte forma:

1-Pagamento da obra “ Rede de Abastecimento de Água Potável à Freguesia do Seixal”  
à firma Santos & Ornelas 50.441,74 euros  
2-Equipamento de informática 1.854,40 euros



3-Amortização dos empréstimos bancários	164.031,61 euros
4-Outros equipamentos	28.075,88 euros
5-Caminho da Levada Grande	97.009,87 euros

**TRANSFERÊNCIAS**

Procedemos à transferência dos valores abaixo indicados:

Clube Naval do Seixal

Protocolo até Novembro	13.200,00 euros
Outros subsídios	9.450,00 euros

Clube Desportivo e Cultural do Porto Moniz

Protocolo até Novembro	58.300,00 euros
Outros subsídios	12.997,20 euros

Associação Sócio Cultural do Seixal

Protocolo até Novembro	13.200,00 euros
Outros subsídios	500,00 euros

Bombeiros Voluntários de São Vicente e Porto Moniz

Protocolo até Novembro	97.750,00 euros
------------------------	-----------------

Associação de Idosos do Porto Moniz

Protocolo até Novembro	3.960,00 euros
------------------------	----------------

Associação Cultural e Recreativa do Porto Moniz

Protocolo até Novembro	11.520,00 euros
Outros subsídios	2.780,00 euros

Juntas de freguesia:

<u>Junta de freguesia das Achadas da Cruz</u>	3.823,40 euros
<u>Junta de freguesia do Porto Moniz</u>	10.197,90 euros
<u>Junta de freguesia da Ribeira da Janela</u>	4.816,15 euros
<u>Junta de freguesia do Seixal</u>	7.385,60 euros
Protocolo até Novembro	26.223,05 euros

ADENORMA - Associação de Desenvolvimento da Costa Norte da Madeira

Protocolo até Novembro	21.600,00 euros
------------------------	-----------------

**ABATIMENTOS NOS ACORDOS DE PAGAMENOS:**

Empresa de Electricidade da Madeira	38.500,00 euros
Valor Ambiente	22.010,15 euros
Serviço Regional de Saúde	17.932,60 euros

**REGULARIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS DAS BOLSAS AOS ESTUDANTES:**

Valor final 2013/14	41.824,74 euros
Valor de 2014/15	11.700,00 euros



O Senhor Presidente Assembleia apresentou, deu conhecimento e distribuiu cópias do Relatório n.º 16/2014 – FC/SRMTC de Auditoria de fiscalização concomitante à Câmara Municipal de Porto Moniz – Seguimento de recomendações 2010/2012, documento em anexo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proferir esclarecimentos. O Senhor Presidente tomou a palavra referiu que relativamente a este fato, foi uma situação que herdou das gestões anteriores e como tal deu a palavra ao Senhor Vereador Valter Correia para proceder a esses esclarecimentos. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Valter Correia que passou a esclarecer que em primeiro lugar, ao contrário do noticiado no Diário de Notícias da Madeira, gostaria de chamar à atenção que auditoria do Tribunal de Contas não coloca em causa a gestão da Câmara por si liderada, incidiu apenas no grau de acatamento de algumas recomendações feitas à Câmara na gestão anterior à sua e refere duas situações de renovação de contratos que, em termos procedimentais, não foram feitas de forma correta, isto é, a redução remuneratória não foi observada. -----

Em segundo lugar gostaria de deixar claro que a inobservância da redução remuneratória decorre da lacuna legal da Lei do Orçamento de Estado, em que diz claramente que a sua aplicação às autarquias decorrerá da publicação de regulamentação própria, o que nunca veio a acontecer. -----

Perante a inexistência de regulamentação, optou-se por adaptar os procedimentos aprovados pelos deputados da Assembleia da República, no que à aplicabilidade da redução remuneratória a este órgão diz respeito. Nos dois casos em apreço, a redução remuneratória que se impunha era de 10% do custo dos serviços a que estavam obrigados a renovação desses dois contratos e não o decorrente das regras aprovadas para a Assembleia da República. -----

Os dois contratos apontados pelo Tribunal de Contas referem-se ao de seguros da autarquia e outro relativo à manutenção do software do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).-----

Registo que o serviço de seguros tinha um valor anual de 26.586,71€, envolvendo o seguro de acidentes de trabalho com os funcionários da autarquia, a frota automóvel da Câmara, acidentes com os utentes dos edificios pertença da Câmara, com os utentes da



piscinas naturais e do teleférico, seguros multirriscos, entre outros, enquanto que o da manutenção do software era no montante anual de 12.000€. -----

Como facilmente se depreende, a natureza dos serviços em que incidem estas falhas não têm subjacentes quaisquer interesses obscuros, constituem serviços absolutamente necessários à autarquia e tratou-se de uma renovação dos mesmos por mais um ano, tal como estava previsto no concurso de aquisição inicial. -----

**5. Aprovação das Grandes Opções do Plano (Plano de atividades e de Investimento) e Orçamento para o ano de 2015, Mapa de Pessoal e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos.** -----

Considerando: -----

1-Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento. -----

2-Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para o cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento.-----

3-Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o Orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para o cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do Orçamento; -----

*Emanuel Vasconcelos Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz, tem a honra de propor a Assembleia que aprove: -----*

*1- Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter a Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove:*

*a) Grandes Opções do Plano (Plano de Atividades e de Investimento) para 2015;*

*b) Proposta de Orçamento para 2015. -----*

*2- Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, para efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do*



*artigo 6.º da lei 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emita autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais nos seguintes casos: -----*

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----*
- b) Resultem do previsto nas Grandes Opções do Plano; -----*
- c) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos; -----*

- 3- Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/20013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove o Mapa de Pessoal para o ano de 2015; -----*

O Senhor Presidente colocou a debate e deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente começou por solicitar aos senhores deputados que questões ou dúvidas que possuam sobre a Proposta de Plano e Orçamento para 2015, tecnicamente, está presente o Chefe da Divisão Financeira Dr. José Manuel Gouveia e, politicamente, será o próprio a responder. -----

O Senhor Deputado Jaime Lucas informou que a bancada parlamentar irá votar contra esta proposta de deliberação, apresentando a mesma declaração de voto que foi apresentada pelos vereadores do PSD, em reunião de Câmara. -----

O Senhor Deputado Jaime Lucas congratula-se pelo aumento das bolsas de estudo aos estudantes universitários, que foi de encontro da proposta dos Vereadores do PSD contudo não compreende a manutenção dos 5% do IRS, bem como não compreende que as freguesias apenas sejam aumentadas em 10%, sendo que a taxa de esforço de capital e juros é de cerca de 300 mil euros para o presente ano e sobretudo porque as receitas do IMI subiram consideravelmente, o que deixa a Autarquia com folga orçamental para aliviar as famílias do Porto Moniz com mais impostos. -----

O Senhor Deputado Jaime Lucas questiona o que pretende fazer este Executivo para manter jovens no Concelho e quais são as apostas estruturantes para o mesmo de forma a dinamizar a economia local e combater sobretudo a desertificação populacional que se verifica. -----



O Deputado Jaime Lucas leu na íntegra a seguinte declaração de voto: -----  
A proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano em análise, revelam, claramente, que o atual executivo, passado cerca de um ano da tomada de posse, não apresenta políticas e ou estratégias que promovam novas oportunidades de negócio e de emprego no município. -----

Consolidadas as contas da Câmara pelo anterior executivo, reduzida a dívida de 12,6 milhões de euros para 3,5 milhões, com melhores condições financeiras, o atual executivo tem reunidas todas as condições e a obrigação de propor a implementação de medidas estruturantes que alavanquem a economia do concelho. -----

A vertente financeira da autarquia não pode constituir justificação para a falta de políticas estruturantes, pois, tal como pode aferir-se, através da análise deste documento em apreciação, o município encontra-se de boa saúde financeira, bem refletida no baixo peso que os juros e a amortização da dívida representam para a Câmara Municipal do Porto Moniz, no valor de 397.400 €, correspondendo a cerca de 8% do valor da proposta de orçamento, o que indica uma taxa de esforço reduzida. -----

Pese embora a mensagem com que o senhor Presidente da Câmara abre este documento apontando os constrangimentos financeiros impostos pela Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, nomeadamente, ao repercutir menos 40.808 euros anuais, nas transferências do Orçamento de Estado para a autarquia, recorro que só o acréscimo de receitas decorrentes do imposto municipal sobre imóveis (IMI), verificados recentemente, cobre largamente esse montante. -----

Outro aspeto destacado nessa mensagem é o apoio financeiro concedido às quatro Juntas de Freguesia do concelho, situação que nos parece despropositada, visto os valores propostos para ser transferidos serem irrisórios, 33.610 euros para a totalidade das freguesias, valores que, atendendo à atual saúde financeira da Câmara, deveriam ser mais elevados, face ao papel que estas autarquias desempenham. Nesse sentido lamentamos o facto da nossa proposta de um aumento nas transferências na ordem dos 100% não ter merecido o apoio do atual executivo, que a rejeitou, contrapõe com um aumento de apenas 10%, absolutamente insignificante, pois os 3.361 euros a serem transferidos a mais, divididos pelas quatro autarquias é irrelevante. Nesta matéria, para percebermos bem a importância dada por este executivo às Juntas de Freguesia, basta



referir que para a aquisição de refeições estão inscritos 28.000,00 euros e para prémios, condecorações e ofertas estão registados 12.650,00 euros. -----

O facto de este executivo ter recusado a proposta feita pelos eleitos do PSD para a autarquia prescindir dos 5% do IRS que lhe estão consagrados e devolvê-los aos contribuintes, que envolveria cerca de 30.000,00 euros, também constitui um fator para recusarmos esta proposta de Orçamento, pois os dados nele contidos são bem indicativos que tal desiderato era perfeitamente alcançável, pois, mais uma vez, só o aumento de receitas verificado na cobrança do IMI era mais que suficiente para atenderem a esta proposta. Esta situação é elucidativa da postura deste executivo, pois, quando na oposição, numa altura em que a Câmara vivia uma situação económica desesperante, foram os eleitos do Partido Socialista que o propuseram, alegando que os municípios estavam sobrecarregados de impostos e que seria uma maneira de aliviar essa sobrecarga, mas agora falam em que isso significaria devolver o dinheiro a quem não precisa, como se os contribuintes do concelho fossem abastados. -----

Pese embora a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano em análise não contemplasse qualquer atualização da bolsa de estudo aos estudantes do ensino superior, os vereadores eleitos pelo PSD congratulam-se com o facto de que, em resultado da proposta por eles apresentada o executivo socialista ter retrocedido nessa intenção e ter apresentado uma contraproposta de aumentar para 150 euros as bolsas em apreço. Esta constitui uma medida importante para os alunos universitários, pois, embora esta autarquia tenha, ao longo dos anos, vindo a aprofundar a política de apoio à educação, verifica-se que o valor das bolsas de estudo mantêm-se inalteradas acerca de 10 anos, situação que, no entender dos vereadores eleitos pelo PSD, impunha uma atualização clara, visto, de novo, esse valor ser perfeitamente suportado pelo aumento das receitas do IMI. -----

Registamos que os aumentos por nós propostos para as transferências para as Juntas de Freguesia, para a devolução do IRS e para o aumento das bolsas de estudo, no valor de 33.610 euros, 30.000 euros e de 28.800 euros, respetivamente, num total de 92.542,00 euros, são perfeitamente sustentáveis, visto serem enquadráveis no acréscimo obtido nas receitas do IMI. Esta ilação é facilmente verificável através da leitura do quadro da



página 14, decorrente, quase, apenas na evolução das cobranças de 2014 para 2015, conjugado com o método utilizado para a previsão do valor que consta neste orçamento. Em termos estruturantes, para além do aprofundamento dos apoios concedidos aos alunos e respetivas famílias, ajudas essas que já vinham de gestões anteriores, o executivo liderado pelo Sr. Presidente Emanuel Câmara pouco tem feito e pouco propõe-se fazer, como se depreende da análise da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano, persistindo em iniciativas avulsas populistas, amplamente divulgadas pela comunicação social e na página de internet do município, que apenas visam a angariação de simpatias e votos, não tratando do essencial, não acautelando o futuro do concelho e das pessoas. -----

Registam com apreensão o facto da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano, mesmo relativamente aos projetos estruturantes iniciados pelo anterior executivo, como é exemplo a “Costa da Laurissilva” e o “Geoparque”, fundamentais para afirmar o destino turístico da costa norte e do Porto Moniz, em particular, serem relegados para segundo plano, tal como toda a área relativa ao setor turístico que é essencial para a criação de investimentos e empregos no concelho. -----

A gestão populista do atual executivo está bem presente na proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano apresentada, mormente no quadro da página 11, onde o maior aumento da despesa acontece na aquisição de bens e serviços, mais 27%, e a maior diminuição acontece na aquisição de bens de capital, ou seja, menos investimento e mais esbanjamento. -----

Assim, a não aprovação de todas as propostas de alteração apresentadas pelos vereadores eleitos pelo PSD, em sede de reunião de Câmara, e pelo facto do plano de atividades e investimento (Grandes Opções do Plano) não contemplar medidas concretas para dinamizarem a economia e a criação de emprego no concelho, mormente no setor do turismo, os deputados municipais eleitos pelo PSD votam contra estes dois documentos, ressaltando que, embora comungando com muitas das medidas contempladas no Plano de Atividades, este plano não é globalmente satisfatório. -----

Declaração de voto do Senhor Presidente: -----

A declaração de voto lida pelo senhor Deputado Jaime Lucas foi do Senhor Vereador Valter Correia já foi ouvida no passado, é discurso feito e repetitivo para quem não tem



mais para dizer, lamentando este executivo que, mesmo indo ao encontro de duas das três únicas propostas apresentadas, o sentido de voto dos Vereadores do PSD seja este, o que também só demonstra que os documentos em apreço não estão assim tão maus. Podem chamar populista ou outros nomes que quiserem, mas a forçada mudança protagonizada pelo PS nas ultimas eleições, com trabalho sério denunciador e construtivo, durante 20 anos na oposição, em que todos os munícipes sabem que para nós “primeiro as pessoas”, está em marcha, daí que grande parte da opção deste orçamento, verta sobre o apoio social às pessoas deste Concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se relativamente às propostas agora apresentadas uma vez que não as encontrou no manifesto eleitoral do PSD, que de resto não possui nada de novo, e acha muito bem que se siga manifesto eleitoral do PS. -----

Referiu que as medidas tomadas por este executivo estão bem patentes no seu manifesto eleitoral apresentado à população do Concelho, referindo no entanto que o executivo está atento às sugestões da oposição assim como da população em geral. -----

Relativamente à educação, a Câmara Municipal tem colaborado em tudo o que tem sido solicitado desde transportes, apoios diversos, para não falar nos livros que são gratuitos para todos os anos escolares bem como os transportes escolares para todos. -----

O Senhor Presidente refere que cerca de nove meses após tomar posse conseguiu colocar os Bombeiros a trabalhar 24 horas no Concelho, com jovens do Concelho que ajuda a fixar na sua residência, evitando que emigrem ainda novos, flagelo que tem assolado o Concelho e a Região Autónoma da Madeira. -----

Como exemplo refere que os turistas, quando pretendem percorrer as levadas, querem saber se o concelho tem capacidade de resposta em termos de segurança, sendo este um fator que ajuda o setor do Turismo no Concelho. E neste setor tem previstos investimentos, contudo, aguarda a regulamentação dos fundos comunitários para poder potenciar as verbas que possui no dobro e assim dinamizar a economia local e potenciar o Concelho em termos turísticos. -----

Relativamente à proposta de devolução dos 5% do IRS, a serem devolvidos aos contribuintes do Porto Moniz, o Senhor Presidente da Câmara considera que a proposta tem toda a razão de ser, mas questiona quem são os principais beneficiados com essa medida? Se são ou não são os que possuem os maiores rendimentos declarados.



Considera assim que esta medida não beneficia a maioria da população que está isenta de declarar rendimentos porque não os possui, e refere também que estas verbas são diretamente canalizadas para os apoios sociais, sobretudo na área da educação, que neste momento a Câmara atribui. -----

O Senhor Presidente da Câmara refere que um aumento de 10%, face aos valores já atualmente contratualizados com a inicitiva do PS, deve-se sobretudo para suportar o pagamento do subsídio de refeição e subsidio de transporte para os trabalhadores por conta do instituto de emprego, um encargo que, com as novas regras de colocação de desempregados, é suportado pelas entidades que os acolhem. -----

O Senhor Presidente relembra que todas as juntas têm a trabalhar, em parceria, funcionários cedidos pela Câmara, o que juntamente com a cedência de materiais e com o atual protocolo financeiro, ultrapassa em 100% o que foi retirado pelo Governo da República, gozando as juntas de uma condição muito melhor do que no passado, embora considerando que o ideal seria disponibilizar mais verbas, mas relembra que ainda tem 3,5 milhões de euros para pagar das gestões anteriores do PSD. -----

O Senhor Presidente, relativamente ao abandono dos grandes projetos estruturantes do “Geoparque” e “Costa da Laurissilva” questionou em sede de reunião de Câmara os Senhores Vereadores do PSD onde está fisicamente na Câmara Municipal ou onde deixaram o projeto estruturante da Costa da Laurissilva, bem como o projeto Geoparque, qual o ponto de situação em que esses projetos se encontravam quando deixaram a governação da autarquia e que verbas foram transferidas entre municípios e para que fins, quem está a gerir esse dinheiro e para onde foi, isto porque, ao contrário do que foi declarado de forma pouco séria pelos Senhores Vereadores do PSD, o atual Executivo não abandonou este “projeto estruturante”, pois ainda a semana passada teve uma reunião na Câmara Municipal de São Vicente, conjuntamente com o Senhor Vereador Nélio Sequeira, onde estavam presentes duas técnicas, uma da Câmara de São Vicente e a Dr.<sup>a</sup> Carolina Ornelas, que inicialmente se encontrava envolvida, pela Câmara de Porto Moniz, bem como os Senhores Presidentes de Câmara de Santana e de São Vicente, precisamente para fazer um ponto de situação sobre estes projetos e reunir com o Professor Artur Sá, responsável pelo Geoparque de Arouca, um dos principais mentores e valores sobre este tipo de projetos no país, pelo que fica realmente



estupefacto, quando ouve as declarações efetuadas, quando as mesmas não correspondem de todo à verdade, e não considera esta uma forma séria de se fazer política. -----

Terminado o debate o Senhor Presidente propôs a votação dos pontos, contemplando as propostas agora aprovadas. -----

1 - As opções do Plano e orçamento para 2015: -----

a) Grandes opções do Plano 2015 – Submetida a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com dez votos favoráveis do PS e nove votos contra do PSD. -----

b) Orçamento para 2015 - Submetida a proposta à votação, foi aprovada por maioria, com dez votos favoráveis do PS e nove votos contra do PSD. -----

2 - Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais: -----

Submetida a proposta à votação do ponto número 2, foi aprovada por maioria com dez votos favoráveis do PS e nove votos contra do PSD. -----

3 - Mapa de Pessoal para o Ano de 2015: -----

Submetida a proposta à votação do ponto número 3, foi aprovada por unanimidade. -----

**6. Proposta de Autorização de Despesas de representação de titulares de cargos de direcção intermédia – lei n.º 49/2012 de 29 de agosto (estatuto do pessoal dirigente):**

Considerando que é posta à apreciação e aprovação a proposta da Câmara Municipal de atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direcção intermédia de 2.º grau, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto conjugado com a alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º da lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual. -----

Atendendo a que a lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação da administração local da lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas leis n.º 1/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado entrou em vigor em 30 de agosto de 2012. -----

Considerando que a citada Lei prevê o n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que aos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau e de direcção intermédia de 1.º e 2.º graus podem ser abonadas despesa de representação, no montante fixado para pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a



que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhe igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais; -----

Ainda nos termos do n.º 2 do artigo 24 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a atribuição de despesas de representação nos termos do número anterior é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; -----

Têm sido abonadas despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, atribuídas de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 31.º da lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, que publicou a lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro; -----

Considerando que a respectiva verba já se encontra prevista no Orçamento Municipal para o ano de 2015, sob rubrica 0102/01.01.11 – Despesas de representação. -----

*Emanuel Vasconcelos Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz* propõe a aprovação da proposta de autorização, nos termos da alínea k) do n.º 2 do Artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

Submetida a proposta à votação foi aprovado por unanimidade. -----

**7. Autorização para Abertura de concurso público para a «Concessão da Exploração dos Quiosques Amovíveis localizados na Frente Mar – Ano 2015-2021».** -----

Considerando que a cessação do contrato de concessão de atribuição do direito de exploração referido em epígrafe irá ocorrer em 31-12-2014, torna-se necessário promover a abertura de um novo concurso para celebração de contrato; -----

Considerando ainda, que o espaço a concessionar encontra-se afecto ao domínio do Município de Porto Moniz, estando o concurso sujeito a regras de contratação pública; atendendo a que constatámos, em concursos anteriores, que o facto do concurso decorrer em plataforma electrónica não atingiu os objectivos e condicionou a participação dos interessados; julga-se ser de efetuar um procedimento próximo ao Concurso Público, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (CCP), na sua actual redacção, nomeadamente no que respeita à maior publicidade, transparência e livre participação dos interessados, com a tramitação em papel; -----

*Emanuel Vasconcelos Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz*, por proposta de deliberação do executivo camarário, tem a honra de propor que a



Assembleia delibere, nos termos e para os efeitos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, autorizar a Câmara Municipal a celebrar o contrato de concessão e fixar as respectivas condições gerais para a «Concessão da Exploração dos Quiosques Amovíveis localizados na Frente Mar – 2015-2021». -----  
Submetida a proposta à votação foi aprovada por unanimidade. -----

**8. Período aberto ao público:** -----

Ninguém se apresentou para intervir. -----

Findos os trabalhos, nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por terminada a sessão, pelas dezasete horas e trinta e sete minutos, dela se tendo lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade dos membros presentes vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Secretários da Mesa da Assembleia e por mim, Jorge Filipe Góis Garanito, Chefe de Divisão, que a redigi. -----

O Presidente: \_\_\_\_\_

1º Secretário: \_\_\_\_\_

2º Secretário: \_\_\_\_\_

O Redator: \_\_\_\_\_